

ATA NÚMERO 9
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2014

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dr. Hélder José Magalhães Ferreira e Eng^a Joana Filipa Seixas Magalhães, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: Dr. José Luís Gaspar Jorge, Dr. António José Cerqueira Dinis Mesquita, Prof. Dr. Jorge José Magalhães Mendes, Dr. Raimundo Magalhães Carvalho, Dr. Pedro Manuel Barros Pereira, Dra. Maria do Rosário de Magalhães Loureiro, Dra. Lucinda Fonseca, o senhor André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães e o senhor Carlos Gonçalo Teixeira Pereira respetivamente, Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Armindo José da Cunha Abreu, **Joaquim Augusto Teixeira**, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, António Ferreira Soares Araújo, Maria Lúcia Barbosa Coutinho, Octávia Manuel Clemente, Maria José Castelo Branco, Hélder José Magalhães Ferreira, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Hugo Miguel Costa Carvalho, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Sara Luísa Magalhães Maia, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, **Ana Cristina Varejão Reis**, Fernando Miguel Sousa Cardoso, José de Freitas Ribeiro, António Manuel Magalhães Pinto Tomás, Joana Filipa Seixas Magalhães, Ana Rita Brochado Batista, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, **Sílvia Manuela Ferreira da Mota**, Carlos Marques da Silva Macedo, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei e Américo Paulo da Silva Ribeiro.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – Hugo Luís Teixeira Vaz
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira
LOMBA – José Sidónio Oliveira Fonseca Pinto de Vasconcelos, substituído por
Fernando Nunes
LOUREDO – Alípio Teixeira
LUFREI – Jorge Francisco Azevedo Pinto
MANCELOS – Carlos César Carvalho
PADRONELO – Armando Coimbra
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva

SALVADOR – António Gomes Pinheiro
TELÕES – Domingos Pinheiro
TRAVANCA – José Machado Babo
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ DO MARÃO – Fernando Carvalho Gonçalves
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique
Jorge Nunes Monteiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E
GATÃO – Joaquim António Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI –
Ângelo Magalhães, que tomou posse
UNIÃO DE FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA.
CRISTINA – Daniel Pinheiro,
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO –
Alfredo Teixeira Carvalho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REAL, ATAÍDE E OLIVEIRA – Lino Manuel dos
Santos Macedo
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António
Cândido Alves Pinheiro.

Pediram ainda a substituição e justificaram a respetiva falta os senhores deputados: Carlos António da Silva Carvalho e Alexandra Matias e Luís Van Zeller.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum foi então dado início aos trabalhos.

Passou-se de imediato à aprovação das atas da sessão anterior. A da reunião de 27 de junho e a da segunda reunião realizada em 30 de junho. Foram feitas várias correções solicitadas pelo senhor Presidente da Câmara, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e também pelos senhores deputados municipais António Araújo e Octávia Clemente.

O senhor deputado **Vítor Rei** fez uma interpelação à Mesa para perguntar ao senhor Presidente da Assembleia se a ata deve refletir aquilo que ele pensou dizer , ou que efectivamente disse.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**, para responder ao senhor deputado Vítor Rei, dizendo que as atas devem refletir o que cada interveniente quis, efetivamente dizer. Mas, afora as intervenções escritas, a reprodução deve ser resumida, sem trair o pensamento dos intervenientes, com correção dos erros de sintaxe e dos “lapsus linguae” que, porventura se tenham verificado. No caso concreto da ata em discussão, é o que pretende; que se reproduza o que quis dizer e disse, resumidamente num português correto.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação das atas. Apuraram-se os seguintes resultados: Ata de 28 de junho, a da primeira reunião, foi aprovada com: **votos contra – 0, abstenções – 4, votos a favor – 46**. A ata de 30 de junho, a da segunda reunião, foi aprovada com: **votos contra – 0, abstenções – 6, votos a favor – 50**.

Dando continuidade aos trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu conhecimento aos presentes da correspondência recebida até ao dia da presente reunião.

Passou-se de imediato ao Período da Ordem do Dia. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores deputados:

HELENA PORTELA – PSD

No uso da palavra, a senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve:

A propósito da “Nota à Imprensa” da Concelhia de Amarante do PS, do passado dia 16, cumpre-me dizer algumas palavras a título de esclarecimento não apenas pelos equívocos intencionalmente apregoados mas, também, pela falta de conhecimento da realidade local que a mesma revela.

Em 1º lugar, convenhamos que em matéria de Educação, as competências do Ministério da Educação e Ciência e das Câmaras Municipais não se misturam e, por isso mesmo, o início do ano letivo se aconteceu de “forma desorientada ou desorganizada” com docentes colocados ou não, é algo que em muito ultrapassa a autarquia e apenas compete ao ministério. E, nesta matéria de colocações de professores, ninguém parece estar contente. Aliás, notícias recentes para além de recordarem o pedido de desculpas do ministro Nuno Crato, também dão conta do pedido de demissão do Diretor Geral da Administração Escolar, Mário Agostinho Pereira, por esses mesmos erros nas colocações.

Em 2º lugar, em Amarante o ano letivo aparenta ter arrancado dentro da normalidade, com os serviços da responsabilidade da autarquia a funcionarem de acordo com o previsto e sem sobressaltos, visto que não se conhecem reclamações.

As entidades parceiras da câmara foram contactadas atempadamente para que os serviços complementares fossem assegurados como nos anos anteriores. O valor desses serviços manteve-se, tal como se pode ler no Despacho 11306-D/2014 de 8 de setembro, o que não provocou nenhum constrangimento à população de Amarante já que todas as entidades estavam informadas disso.

Em 3º lugar, o encerramento das três escolas do 1º ciclo nas freguesias de Gondar, Jazente e Padronelo, assunto recorrente das vossas preocupações mas, também, das preocupações de todos nós, foi tratado com toda a atenção por parte tanto da câmara municipal, como das juntas de freguesia e não há dúvidas que a oposição ao encerramento desses estabelecimentos de ensino foi unânime. Aliás, isso mesmo está plasmado na carta enviada ao ministro da educação e ciência, a qual foi publicada por cada uma das juntas de freguesia nas respetivas páginas do Facebook.

Para melhor esclarecer o assunto, passo a citar dois excertos dessa carta, neste caso a de Gondar, reportando-se ao encerramento da EB1 de Vila Seca:

“o município de Amarante em articulação com esta Junta de Freguesia informou a Secretaria de Estado do Ensino e Administração Escolar da intenção de não encerramento desta Escola Básica (...) enquanto não for revista a carta educativa concelhia” e mais abaixo lê-se “Assim, vem esta Junta de Freguesia advogar junto de V. Exª, tendo em conta o número de alunos matriculados e o posicionamento por parte do Município de Amarante para o não encerramento deste estabelecimento de ensino”.

Deste modo, afirmar que, cito, “o Sr. Presidente da Câmara consentiu o encerramento das referidas escolas” é, no mínimo, estar em contradição com o que afirmam os senhores presidentes das juntas, na carta enviada ao ministro Nuno Crato.

Além disso, todos sabem, ou deveriam saber, que a opinião do senhor Presidente da Câmara não é vinculativa nesta matéria e que o senhor Secretário de Estado da Administração Educativa quando emitiu o comunicado em que alude a que o “encerramento de escolas com mais de 21 alunos ocorre por proposta das autarquias”, referia-se genericamente a todo o país e não especificamente às escolas e à autarquia de Amarante.

Em 4º lugar, quando se faz referência às atas das reuniões de câmara, é bom saber-se que, sendo as mesmas públicas, todos as podem ler; e dito isto, saliento dois aspetos da reunião de 3 de março deste ano:

O senhor Presidente da Câmara afirmou que, passo a citar, “o Centro Escolar do Marão está subaproveitado” e que “há uma franja do território, designadamente S. Simão, Jazente e Gondar em que os alunos terão de ser colocados no referido Centro Escolar, uma vez que o mesmo está equipado com ótimas condições para os receber”; ora, estas afirmações foram proferidas na discussão de um ponto do período da ordem do dia intitulado “Prestação de Serviços – Parecer prévio - aluguer de Monoblocos Pré-Fabricados – Escola de Ataíde” e não numa discussão sobre encerramento de escolas;

Na sequência da intervenção do senhor Presidente da Câmara, e passo a citar, “a Senhora Vereadora do PS, Angelina Rosa Teixeira, disse que a ser cumprida a lei dos transportes escolares, os pais acabariam por acordar em que os alunos permanecessem nos Centros Escolares, nomeadamente no do Marão. Considera que a mudança é, neste caso, o mais difícil, todavia, depois de lá estarem, acaba por ser do agrado, quer dos alunos, quer dos pais.”

E, neste alinhamento de ideias, pergunto: são só estas três escolas que nos preocupam?

- então as mais de 50 que encerraram desde 2002 e que tantas crianças desenraizaram das suas freguesias de residência, não eram importantes?

- o que se fez então?

- será que nesses anos o senhor Presidente da Câmara consentiu o seu encerramento, ou foram os dirigentes do PS de Amarante que não conseguiram influenciar os vários governos?

JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS

No uso da palavra, disse que iria colocar três questões ao senhor Presidente da Câmara. Começou por dizer que no seguimento da intervenção que o senhor Presidente fez na reunião da Assembleia do passado dia 28 de junho em que se colocou a hipótese dos serviços de cirurgia ambulatória irem para Lousada, o senhor Presidente disse na altura que não sabia de nada, mas que ia verificar a veracidade de tal assunto. O Partido Socialista pergunta se já está em condições de poder esclarecer a Assembleia Municipal?

A segunda questão prende-se com o resultado da reunião de 27/07/2014, realizada em Lisboa com a presença dos representantes dos municípios do Tâmega, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e representantes da EDP sobre a barragem de Fridão. Que resultados há dessa reunião?

A terceira questão tem a ver com o que foi anunciado em junho de 2014 pelo senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento, Território e Energia, Jorge Moreira da Silva, relativamente à assinatura do contrato de concessão da construção da barragem de Fridão, que nas suas palavras seria concretizado até ao final do mês de setembro de 2014. Será que o senhor Presidente já tem alguma informação acerca desta matéria?

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, disse que depois de ter ouvido a senhora deputada Helena Portela, nem sabe o que dizer, porque antes da cada Assembleia deparamo-nos sempre com aqueles comunicados do Partido Socialista a tentarem arranjar "factozinhos políticos". Estes comunicados à imprensa, têm algumas incongruências de politiquice.

Quanto à suposta desorganização, desorientação, falta de esclarecimento no início do ano letivo deixava as seguintes perguntas à Câmara: as entidades com quem a Câmara tem protocolos foram esclarecidas e contactadas? Qual a posição daquelas

entidades quanto ao início do ano letivo? Qual a posição dos agrupamentos? Os transportes decorreram normalmente?

Quanto ao encerramento das escolas, assunto já discutido na última Assembleia, já foi devidamente debatido, já se sabe qual a posição do senhor Presidente da Câmara, que foi contra, já se sabe que foi uma decisão do governo, já se disse aqui que o processo vem desde 2002 e que já encerraram só em Amarante 53 escolas do ensino básico em quase todas as freguesias, 26 delas com mais de 21 alunos. No período de 2009 a 2013, fecharam 11 jardins de infância em várias freguesias, 3 dos quais com mais de 21 alunos.

A anterior Câmara gastou muitos milhões em Centros Escolares. Não foi oportunamente revista a carta educativa, nem houve planeamento adequado. Disse que gosta de frisar isto "...porque isto são factos". Quanto ao encerramento da escola de Vila Chã em 2012/2013, com 34 alunos, qual foi, nessa altura o comunicado do PS? Houve algum comunicado? Qual foi a posição do anterior Executivo? Sabem, foi a favor. Qual foi a posição da Câmara nessa altura quando a escola tinha os 34 alunos? Qual foi a posição do Agrupamento?

Relembrou a seguir que nessa altura até "...ajudou o Presidente da Junta a arranjar um escritório de advogados para interpor uma providência cautelar".

Rematou dizendo que se sabia que "...o Agrupamento também defendia a ideia de que devia encerrar".

O Partido Socialista vem agora com esta nota. E na altura onde estava o PS. Tantas escolas que fecharam com o anterior Executivo e com o governo Socialista. Onde estava o Partido Socialista de Amarante?

Como explicam as posições do anterior Presidente da Câmara quando respondia ao Tâmega Jornal à pergunta: "haverá alguns encerramentos na área da educação (isto em 24/01/2008), também assume o processo na globalidade sem grande contestação?" A resposta na altura do senhor Presidente: "Seria interessante, salvo em alguns locais, perguntar aos pais se preferem o modelo atual, ou se preferiam o modelo antigo? Só tive uma ou outra contestação, mas expliquei aos pais e eles acabaram por perceber. Estou convencido que se dissesse aos pais que íamos regressar ao modelo antigo eles não aceitariam". Palavras esclarecedoras. Em junho de 2013, o antigo Presidente da Câmara respondeu também ao Boletim Municipal à pergunta: "E aquela resistência inicial ao encerramento das pequenas escolas esbateu-se completamente? Esbateu-se porque os pais perceberam que uma criança que está na escola de manhã e à tarde tem uma boa refeição, e mesmo que não esteja nas condições ideais tem outro acompanhamento diferente daquele que teria se estivesse meio dia em casa, muitas vezes sem qualquer companhia e sem os recursos que a escola proporciona com os quadros interativos, biblioteca, enfim as novas tecnologias e recursos".

Acresce ainda a celebre monitorização à carta educativa em vez de uma revisão, que era aquilo que realmente se impunha, feita salvo erro em maio de 2011 e que diz no caso específico da escola de Gondar; "EB1 do Marão – estou a citar – é uma escola devidamente equipada, sublotada, pelo que terá de ponderar em sede de futura revisão da Carta Educativa o envio de todos ou parte significativa dos alunos da freguesia de Gondar para a escola básica integrada do Marão". Estamos a falar em maio de 2011. Qual era o partido que estava na Câmara? Então em que é que ficamos? Qual é a posição afinal do PS de Amarante?. Também renegam o passado, conforme está a fazer o PS nacional?

O PSD votou na altura contra a monitorização da Carta Educativa. Apresentou uma declaração de voto que também pode ser consultada na ata de 30 de maio de 2011.

Quanto ao governo não respeitar a Autarquia de Amarante e os seus dirigentes, não conseguirem influenciar o governo, perguntou: "O que é que aconteceu quando encerrou a maternidade e outros serviços no tempo do governo do Partido Socialista?"

O que é que aconteceu quando o anterior Presidente da Câmara comemorou o centenário da linha do Tâmega e passados alguns dias o governo do Partido Socialista mandou retirar os carris? Então nessa altura o PS conseguiu influenciar os dirigentes nacionais?".

Meus senhores, na política temos de ser coerentes em todas as circunstâncias independentemente de quem estiver no poder. Quanto a nós, já comprovamos que independentemente de quem governa, defendemos os interesses de Amarante. Porventura, outros não podem dizer o mesmo.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra começou por dizer que antes de mais queria felicitar o PS por ter feito um comunicado, porque assim criou um tema para esta Assembleia. Dá a ideia que até nem havia nenhum assunto para tratar no período de antes da ordem do dia.

Fez de seguida a seguinte intervenção: “Entre o passado dia 11 e 15 de setembro iniciou-se praticamente por todo o país mais um ano letivo.

Por todo o país também, decorrida mais de uma semana sobre o arranque do ano letivo, continuam por colocar centenas de professores, continuando assim centenas de alunos sem aulas, devido à falta de colocação de professores.

O processo de colocação de professores ainda hoje não está resolvido.

Em Amarante, tal arranque ficou marcado pelo encerramento das escolas de Jazente, Padronelo e Gondar, sendo que nenhuma delas cumpria os requisitos mínimos definidos pelo MEC para que fosse encerrada.

Paradoxalmente mantém-se em funcionamento neste concelho uma escola que não cumpre tais critérios, uma vez que possui número inferior a 21 alunos.

Na última reunião desta assembleia o Sr. Presidente da Câmara disse “que não era a CMA que encerra escolas mas sim a DGEST. Lembrou que a Escola do Marão tem 3 salas vazias e que precisam de ser ocupadas. A Escola do Marão tem condições que as escolas das freguesias não oferecem mas temos de decidir em conjunto qual a melhor solução para este problema.... Terminou dizendo que numa reunião recente na DGEST pediu mais um ano para se poder decidir e encontrar a melhor solução para as crianças.”- é o que consta da minuta da ata que acabamos de aprovar.

Pergunto por isso ao Senhor Presidente se a decisão final do encerramento das escolas aqui em causa teve o seu consentimento? O que propôs a DGEST?

O que acordou com as Juntas de Freguesia envolvidas?

Como decidiram pelas escolas de referência?

Relativamente às intervenções dos senhores deputados do PSD e quanto a números deixem-me dizer-lhes: No passado fecharam 53 escolas, sendo que 38 escolas encerraram porque foram integradas em centros escolares. As restantes 15 que fecharam tinham todas menos de 21 alunos e foram para escolas de acolhimento na mesma freguesia.

Quanto ao comunicado do PS, e à desorganização, e então por falar em desorganização, o PS não culpou a Câmara pela falta da colocação de professores, obviamente que essa é uma responsabilidade do Ministério da Educação. Mas por falarmos em desorganização, basta atentarmos à ata e à ordem de trabalhos de 22 de setembro de 2014, em que vemos que o ano letivo se iniciou de 11 a 15 de setembro, mas a maioria das propostas do senhor Vice-Presidente a pedir a ratificação relativa a decisões de contratar várias prestações de serviços no âmbito das atividades escolares; transportes escolares, serviços de refeições e aluguer de módulos pré-fabricados, datam quase todos de 11 de setembro. Isto é organização? Isto é planear o ano letivo atempadamente?

Quanto ao envolvimento das autarquias, associações do concelho, IPSS com quem a Câmara tem vindo ao longo dos anos a protocolar várias atividades relacionadas com esta matéria. Tanto quanto sabemos não houve qualquer diálogo com as diversas autarquias e associações sobre o início deste ano escolar. Apenas em

nove de setembro as Juntas de Freguesia receberam um e-mail dos serviços da Câmara Municipal a dar-lhes conta de que se iriam manter os protocolos com a Câmara relativos à componente escolar e depois ao apoio às famílias, serviços de refeições e transportes, pelo que posteriormente seriam convocados para uma reunião onde discutiriam o protocolo. Chama-se a isto organização e planeamento do ano escolar? Decorrido quase um ano após o exercício de funções deste executivo, ainda não foi constituído, nem reuniu o Conselho Municipal da educação e naturalmente não foi ouvido nesta matéria. Para quando senhor Presidente se prevê a constituição e a reunião deste órgão?

A bancada do PS lamenta o encerramento das escolas de Jazente, Gondar e Padronelo, porque todas elas reuniam mais de 21 alunos para se manterem em funcionamento. Explique-nos então senhor Presidente, uma vez que existe na mesma uma outra escola a funcionar que não dispõe do número mínimo de 21 alunos, como é possível ter-se encerrado três escolas com mais de 21 alunos, mantendo-se esta a funcionar? Por outro lado há senhor Presidente uma outra questão que também se impõe. Como é possível que os alunos de Jazente não tenham o mesmo tratamento que têm os seus vizinhos de S. Simão. Os alunos de S. Simão são colocados no Centro Escolar Ilídio Sardoeira, com transporte da Câmara, enquanto que os alunos de Jazente sujeitam-se a ver passar o autocarro com os alunos de S. Simão, não tendo por isso o transporte assegurado pela Câmara. Solicito senhor Presidente que reconsidere esta sua decisão e trate de forma igual alunos que merecem tratamento igual. Aliás, a Carta Educativa não previa que fosse esse o destino dos alunos desta freguesia. Só com alterações à Carta Educativa é que se pode alterar a área de referência. Peço que o senhor Presidente esclareça as questões que lhe coloquei.

A verdade senhor Presidente é que foi a generosidade dos agrupamentos e das suas direções, das freguesias e dos seus representantes, das IPSS e das associações de pais, que têm vindo ao longo dos anos a celebrar protocolos com a Câmara no âmbito das atividades escolares, a quem aqui em nome do PS deixo uma nota de agradecimento pela forma como têm gerido, e bem, esta área, que pela sua experiência minimizam a falta de planeamento do senhor Presidente e da sua equipa e que permitiram que o ano letivo não tivesse iniciado com tantos sobressaltos e simplesmente não tivesse demonstrado para o exterior essa falta de planeamento da sua parte e da sua equipa.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que "...quando vimos falar, não devemos falar só da boca para fora. Devemos exprimir as nossas convicções e na política, obrigatoriamente, a nossa coerência".

A senhora deputada do PS fez aqui um exercício que nem parece dela, pela demagogia que ele reproduz.

Então a senhora deputada diz que lamenta o encerramento das escolas de Gondar, Jazente e Padronelo. Eu também lamento, até porque já disse que sou contra o encerramento das escolas. Mas agora vou fazer-lhe uma pergunta à qual vai ter de me responder. Como é que a senhora explica aquelas posições que eu li do senhor Presidente do Executivo de que a senhora fazia parte e onde se dizia que os pais compreendiam. Como é que explica aquela posição em que votou a favor da posição do senhor Vereador do PS que dizia que os alunos da escola de Gondar deviam ir para a escola EB do Marão?

Perguntou a seguir se também lamenta o encerramento da escola de Vila Chã quando fazia parte do Executivo e a Câmara deu um parecer ao Ministério da Educação, onde era a favor do encerramento dessa escola que tinha 34 alunos e que ao contrário do que aqui veio agora dizer não foi acolhida na mesma freguesia e veio para a Madalena? Concluiu dizendo "...o que veio aqui dizer face às posições que assumiu anteriormente, é de uma incoerência atroz, e não podem traduzir as suas

convicções, pois só poderia ter dito o que disse se alguém lhe encomendou algum discurso, porque face ao respeito e à consideração que tenho por si, não consigo explicar como é que de uma penada passa de uma posição para outra".

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra, disse que assume as posições do Partido e como tal "...não vem a mando de ninguém".

Continuou a sua intervenção para citar as escolas que fecharam: Aboadela, fechou a escola da Rua número um e os alunos foram transferidos para a escola do Marão. A escola da Rua número dois, também em Aboadela, transferiu os alunos para o Centro Escolar do Marão. Aconteceu o mesmo em Covelo do Monte, Os alunos da escola de Aboim/Portela foram transferidos para o centro escolar Van Zeller de Macedo. Em Ansiães/Póvoa, os alunos foram transferidos para o Centro Escolar do Marão. Os da escola do Eido foram para o Marão. Bustelo de Cima idem. Travanca do Monte idem. Os alunos de Canadelo, foram transferidos para o Centro Escolar Ilídio Sardoeira. Os de Candemil/Espinheiro, os de Gião, e os de Murgido, foram transferidos para o Centro Escolar do Marão. Olo ficou em Fridão, porque foi aceite por toda a gente.

As escolas que fecharam no tempo do PS foram todas elas para serem integradas nos Centros Escolares, ou então tinham todas menos de 21 alunos e cumpriam os critérios do Ministério da Educação. Foi essa a nossa posição e foi por isso que nos debatemos.

Continuou a sua intervenção para dizer que relativamente à postura da Câmara, não tem dúvidas nenhuma que estas escolas só encerraram porque inicialmente a Câmara deu parecer favorável. Se não tivesse sido dado esse parecer favorável estas escolas não tinham encerrado. Posteriormente, e como o senhor Presidente da Câmara já não tinha como emendar a mão é que estas escolas encerraram. Por isso, é que apelamos ao senhor Presidente da Câmara que emendendo a mão reequacione a área de referência destas escolas.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse à oradora anterior que ela acabou por não lhe responder à pergunta que anteriormente lhe fizera: "Foi ou não contra o encerramento da escola de Vila Chã em 2012?"

"Ao contrário do que a senhora diz, vai ter que ler: Olo 24 alunos".

Continuando disse ainda que "...gostava de saber se se revê naquela posição que votou a favor dos alunos de Gondar irem para o Marão, porque o Marão era uma escola sublotada, e se também se revê na posição da Câmara aí expressa, a favor do encerramento da escola de Vila Chã?. Gostava que respondesse a estas perguntas para avaliar a sua coerência política, se é que quer responder. Se não quer paciência."

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra começou por dizer que os números que o senhor deputado referiu estão errados como é fácil de ver, Olo não tinha 24 alunos. A nossa coerência é a mesma e desde o início o PS sempre levantou as suas reservas relativamente ao encerramento de algumas escolas. Só queremos é discutir o assunto. V. Exas. estão a permitir o encerramento de algumas escolas com mais de 21 alunos, sem que se defina e se equacione com a população, com a comunidade escolar, com as autarquias e ouvindo o Conselho Municipal da Educação. É isso que está aqui em causa. Por isso o senhor Presidente, na última Assembleia Municipal disse que ia equacionar e pedir mais um ano para se encontrar uma solução para estas escolas, o que era razoável. Durante esse período de um ano iria equacionar-se qual seria a melhor solução. Gostaria de ver a população envolvida no sentido de encontrar a melhor solução. Efetivamente a questão do Marão é um problema, mas não é empurrando para lá a

população escolar de uma só freguesia que se vai resolver o problema. É razoável que se discuta e que se repense. E então para isso façam uma proposta, ponham em discussão a Carta Educativa. Tragam-na à Assembleia. Não é com estas decisões de querer tudo e depois culpar o governo por elas.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, começou por solicitar à oradora anterior que conferisse os números porque eles estão corretos.

A seguir afirmou "...mas de todo o modo voltou a não responder à minha pergunta porque é incómoda. É inacreditável o que veio aqui dizer. Já não sabe o que dizer. Constroem-se Centros Escolares sem qualquer planeamento. Está a acabar o de Travanca e já tem três salas vazias. O do Marão tem não sei quantas salas vazias. Aprova-se a Carta Educativa em 2005, com a imposição de a rever em 2007, estão até 2013 e qual foi a revisão feita à Carta Educativa? Zero. E agora quanto a Vila Chã são a favor do encerramento de escolas. Quanto a esta já não são. Mas em 2011 já podia encerrar Gondar e ir para o Marão. Agora já não pode. Senhores deputados entendam-se. Tenham pelo menos uma só voz para nós sabermos o que é que temos de rebater."

FERNANDO MIGUEL CARDOSO – AMARANTE SOMOS TODOS

O senhor deputado fez, neste período da Assembleia Municipal a intervenção que a seguir se transcreve:

"O Movimento Independentes "Amarante Somos Todos" considera a reabilitação urbana uma medida fundamental para que a cidade de Amarante se possa revitalizar, rejuvenescer, reabilitando o edificado, dando uma nova vida e cor ao seu principal aglomerado urbano, melhorando a sua atividade económica e comercial, respondendo às necessidades dos tempos atuais e obstando à perda de população.

Assumimos desde o início esta oportunidade com entusiasmo e expectativa por entender que, ao dispor deste mecanismo de apoio, estaríamos a criar condições fiscais vantajosas para os investidores interessados em investir em reabilitação em benefício da cidade de Amarante.

No entanto, o acesso a este mecanismo de apoio é balizado por critérios no qual a localização, ou não, de um edifício dentro do perímetro da área de reabilitação urbana - ARU - assume particular e decisiva importância uma vez que é esta delimitação de área que determina quem pode e quem não pode aceder aos mecanismos de apoio.

Por isso, no interesse pelo desenvolvimento de Amarante, pretendemos ver asseguradas as condições que permitam uma maior eficácia e eficiência desta medida de apoio como instrumento de revitalização física do nosso núcleo urbano mais antigo pelo que tomamos a liberdade de solicitar a todas as forças com assento nesta Assembleia um forte empenhamento para que Amarante não volte a ficar ao lado deste mecanismo de apoio à reabilitação e possamos contribuir para a reabilitação de um dos mais belos centros históricos do nosso país, criando condições para a atração de investidores, de novos públicos, e mais habitantes.

Batemo-nos por este instrumento que reputamos de extrema importância e tudo faremos para que seja possível encontrar um perímetro mais consentâneo com a tradição e o histórico crescimento do casco urbano integrando algumas das zonas mais típicas e, nalguns casos, em claro processo de depressão, certos que Amarante sairá beneficiada com o trabalho e envolvimento empenhado de todos."

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, disse que "...a ARU já devia estar feita há muito tempo. Mais uma vez é a diferença de atitude. Foi a vontade política deste Executivo que fez avançar a ARU". Felicitou o Movimento Amarante Somos Todos por ter trazido aquele tema a debate, pela importância que o mesmo representa. "É esta vontade política que

deve ser registada. Vai mexer com Amarante. Amarante está na moda. Temos de aproveitar. Vai criar uma grande dinâmica. Há pessoas à espera pela definição da ARU, para poderem investir nomeadamente em três hostels/albergues. Cada ARU tem de ter uma identidade. Há cidades com várias ARUs. Loures por exemplo tem 18, Porto 7 e salvo erro Loulé 41. Pode haver mais fases dependendo da capacidade de investimento. Mas é um projeto estruturante para as pessoas que são proprietárias e para a reabilitação urbana do centro histórico. Beneficiarão ainda as empresas que irão ter um acréscimo de trabalho. Será ainda importante para aproveitar os fundos comunitários ao contrário do que acontecia, isto com grandes benefícios a nível de impostos e das taxas municipais cuja isenção que foi proposta foi de 80%. O IVA à taxa de 6%. Apesar disto, a primeira vez que foi à reunião de Câmara, foi reprovada.

Terminou apelando à relevância deste projeto para haver consenso, para haver a capacidade para ultrapassar o impasse, de modo a conseguir-se levar por diante "...um projeto que é estruturante para a nossa terra e que felizmente este Executivo teve a vontade política de iniciar."

SILVIA MOTA – AMARANTE SOMOS TODOS

A senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“A DELIMITAÇÃO DA REN – RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL DE AMARANTE

Por diversas vezes, na Câmara Municipal e aqui na Assembleia Municipal, os representantes do Movimento Independentes Amarante Somos Todos têm chamado a atenção para a situação gravíssima de termos em vigor um Plano Diretor Municipal - PDM – já desajustado quando foi aprovado e que deveria ter sido revisto em 2007, e que não o tendo sido, é um elemento dificultador do desenvolvimento e do progresso do nosso município.

O PDM – Plano Diretor Municipal, é o documento regulador do planeamento e ordenamento do território, no qual se define a organização e o desenvolvimento urbanístico e as matrizes do desenvolvimento económico, sem esquecer as preocupações de preservação ambiental, histórica e cultural, estabelecendo-se no mesmo a referência espacial dos usos e atividades do solo municipal através da definição de classes e categorias, redes urbanas, viária, de transportes e de equipamentos, entre outras.

Este instrumento que se pretende agente facilitador e orientador, eivado de linhas de orientação estratégica, é composto por três blocos distintos: O Regulamento; A Planta de ordenamento; e a Planta de Condicionantes (que integra a REN e a RAN). No final do mês de junho, o Executivo Municipal foi confrontado com a apresentação de uma proposta de delimitação da REN que mereceu na ocasião as nossas reservas e que são um pronúncio que as próximas fases da revisão do PDM só podem deixar-nos preocupados quanto à qualidade do documento final, sendo certo que não podemos deixar escapar esta oportunidade de fazer bem e de forma competente o que não fizemos em 1997.

A proposta de delimitação da REN apresentada pelo Executivo, levou a que, o MAST se visse forçado a abster-se, por ausência de atempada disponibilização de informação sobre tão importante matéria e perante a indisponibilidade para, em termos temporais, promover uma melhor ponderação.

Na génese desta votação, que se lamenta, esteve uma deficiente e pouco rigorosa preparação do processo de decisão e um claro desrespeito por diversos agentes que deveriam ser chamados a intervir, nomeadamente o Executivo Municipal, a quem caberia definir as grandes linhas de orientação estratégica para o Município, e as Juntas de Freguesia, a quem cabe participar na definição dos perímetros urbanos, só nos pode deixar muito preocupados quanto ao futuro.

Fica-nos a ideia que um dossier desta especial importância foi subestimado pela Coligação no poder numa atitude que, se não for corrigida, poderá deixar uma baixíssima expectativa quanto à qualidade final da futura revisão do PDM.

A delimitação da REN passou a condicionar todo o processo de revisão do PDM, negando a necessária postura de abertura à participação alargada de todos no documento que é considerado a “Bíblia” do ordenamento do município que se quer desenvolvido.

E lembramo-nos, naturalmente, do processo de elaboração do PDM em vigor e das consequências que ainda hoje estamos a suportar.

Pelo que acabamos de dizer, não poderíamos deixar passar esta oportunidade para, mais uma vez, chamar a atenção de todos os responsáveis e cidadãos amarantinos para a necessidade de não nos demitirmos da obrigação de participar nos processos de preparação dos instrumentos de Planeamento Territorial que interessam a todos e que devem definir procedimentos facilitadores, sem perder de vista o respeito dos princípios do ordenamento do território, do crescimento equilibrado e do respeito e equilíbrio ambiental.

Ninguém pode ficar de fora deste debate, muito menos poderemos aceitar que o calendário, possa precipitar a queima de etapas em processos que tiveram mais que tempo para uma maturação cuidada e serena.

As gerações futuras não nos perdoariam”.

LÚCIA COUTINHO – AMARANTE SOMOS TODOS

A senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Mais uma vez o Movimento Independente Amarante Somos Todos retoma um tema já por nós abordado nesta Assembleia, o PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO, dado que se perspectiva, a curto prazo, a abertura dos vários programas dos quadros comunitários e não é do nosso conhecimento que a CMA tenha projetos para se candidatar.

Já o dissemos nesta Assembleia, todos nós seríamos responsabilizados se perdêssemos a oportunidade de aceder aos Quadros Comunitários. Sem o recurso a esta fonte de financiamento não conseguiremos o almejado desenvolvimento de Amarante e a conseqüente melhoria de vida das nossas populações.

Sabemos que há municípios que já fizeram, ou estão a fazer o trabalho de casa, que já executaram os projetos. Temos toda consciência que os primeiros projetos a dar entrada serão os primeiros a ser aprovados.

Porque esta matéria é vital para o nosso concelho perguntamos ao Sr. Presidente da Câmara se houve clarificação nos projetos que irão ser apresentados, e, na positiva, se os mesmos estão a ser executados.

Como diz o nosso povo “depressa e bem há pouco quem”, logo não podemos esperar, neste assunto crucial para o desenvolvimento, a todos os níveis do nosso concelho, pela abertura dos programas para se começarem a preparar os dossiers. É este o desafio que se avizinha a curtíssimo prazo”.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito, foi então dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

JOSÉ LUÍS GASPAR - PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara começou por dizer que há temas de que se fala "...que é só para chover no molhado. É só para se ouvirem e não acrescentam valor nenhum. Falar das escolas, de quem as fechou, ou de quem tem a responsabilidade é uma perda de tempo. Se não sabem, deviam saber, ou pelo menos quem aqui esteve durante tanto tempo, sabe que quem encerra as escolas é claramente a DGEST e não a Câmara. Foi assim nas 52 escolas que fecharam no passado. É certo que os governos cometeram uma asneira, mas nós nunca responsabilizamos a Câmara pelo seu encerramento. Mas, como somos portugueses, latinos, esquecemos muito rapidamente os compromissos. Quem é que decidiu fazer a escola do Marão no sítio em que foi? Esqueceram-se rapidamente do compromisso

que assumiram com os amarantinos e fizeram aquela escola naquele sítio e agora não querem que ela funcione. E agora vem aqui a este púlpito dizer porque é que estão a mandar as crianças para o Marão e quem é que as referencia para lá? Eu respondo é a DGEST."

Disse a seguir "Mas deixem-me dizer que as freguesias que a senhora deputada aqui falou têm que drenar para lá, porque senão o que vai acontecer é que aquela escola vai fechar. E depois os senhores vão exigir que o município gaste dois milhões, ou dois milhões e meio de euros para construir outro Centro Escolar aqui. Meus senhores, não estamos em tempo de andar a malbaratar o dinheiro dos contribuintes e dos amarantinos. Eu fui eleito para otimizar o investimento que vamos fazer no Município. Por isso é que pedi à DGEST que me permitisse um ano para avaliar toda a dinâmica que tem a ver com a logística e com o transporte. Os senhores Presidentes da Junta, e bem, têm feito um excelente trabalho nesta matéria. As IPSS fizeram também um excelente trabalho. Mas está na hora de começarmos a olhar com cuidado para aquilo que são os transportes aqui no concelho de Amarante, tentando otimizá-los não só para a questão das escolas mas também para as populações e então apresentar uma política para todo o concelho, que é isso que pretendo fazer. Agora, virem com esta demagogia toda e esquecerem-se que há um ano ainda estavam aqui com responsabilidades, que há um ano também definiram políticas para as escolas e para onde tinham de drenar estas mesmas escolas, e agora perguntam se foi ele que indicou quem tinha de ir para o Marão? Sabem perfeitamente que o anterior Executivo já falava nessa temática, porque o decréscimo da população juvenil já começou há muito tempo. Vir para aqui com demagogia é que não."

Continuou a intervenção dizendo que tinha demasiada dificuldade em estar a perder tempo com este tipo de considerandos. "Convém lembrar de uma vez por todas da responsabilidade que tiveram no passado, e comecem também a honrar esse vosso passado, porque eu também o estou a fazer assumindo a responsabilidade daquilo que os senhores me deixaram. Isso não é sério em política. E também não é sério que venha agora falar numa escola que tem menos de 21 alunos mas que não fechou. Pois bem, a senhora sabe muito bem que em alguns órgãos que a senhora frequenta decidiram que iriam fazer oposição a uma escola que poderia drenar para um centro escolar, com boas condições, aquilo que os senhores sempre apregoaram no passado, que os Centros Escolares tinham boas condições para acolher qualquer criança deste Município, e o que fizeram foi encostar o senhor Presidente da Câmara à parede dizendo que se fechasse aquela escola as crianças iriam para o concelho vizinho. A senhora devia, e pelo passado que tem, dizer que isto não é correto. Era isso que devia fazer e não faz."

Respondeu a seguir ao senhor deputado José Joaquim, que relativamente à ida do ambulatório para Lousada, ainda não tem resposta para lhe dar. Já falou com alguns cirurgiões que o alertaram para a perda dessa valência, mas apesar de ainda nada saber, acredita que não se perderá essa valência para Lousada.

Relativamente à barragem de Fridão, disse ter sabido "...há instantes pelo senhor Vereador Raimundo Magalhães, que tinha havido a assinatura do protocolo entre o governo e a EDP". Ainda não tem informação oficial sobre isso. "Era suposto ter tido ontem uma reunião aqui na Câmara com a EDP Produção, porque era suposto já ter havido acordo entre a EDP e o Governo. Ainda não aconteceu essa reunião". Mas também não sabe as razões. Não sabe se recuaram ou não. "Se quer a minha opinião, oxalá recuem". Informou a seguir que recebeu uma chamada no dia 22 a desmarcar essa reunião, onde estariam presentes representantes do Conselho de Administração da EDP Produção e os Presidentes da Câmara envolvidos na bacia do rio Tâmega, a saber: Amarante, Celorico, Mondim, Cabeceiras de Basto e Ribeira de Pena. Foi adiada até que houvesse uma decisão sobre esta matéria para ver se vai ou não haver barragem. Concluiu dizendo que neste momento não dispõe de informação para responder mais nada.

Em relação à questão de se saber para onde vão as crianças de Jazente e Gondar, "...vão para onde efetivamente os pais as inscreverem. Se os pais as inscreverem no Centro Escolar cá em baixo virão cá para baixo. Se as inscreverem no Marão irão para o Marão. A responsabilidade da Câmara em garantir o transporte escolar tem a ver com a escola onde estão referenciados. Neste caso, senhora deputada, elas tem de ir para o Marão e a Câmara tem de assumir a responsabilidade de as transportar para lá. É este o meu compromisso. Já o disse ao senhor Presidente da Junta e não vou falhar com o transporte das crianças para a escola do Marão. Para as outras escolas, terão de ser os pais a garantir o seu transporte. É este o meu compromisso. Agora, se a senhora deputada quer que eu desvirtue tudo isto, não o fará, porque isso não faz parte do meu feitio. Assumi este compromisso publicamente e já o disse na última Assembleia Municipal. Já o disse também aos órgãos de comunicação social e por isso, vai ser este compromisso que a Câmara vai cumprir."

Quanto ao Conselho Municipal de Educação, a DGEST tem de nomear os representantes do ensino público. Ainda não o fez. A senhora Vereadora fez o favor de solicitar à DGEST que nos deixasse despoletar o processo para que pudéssemos ter o Conselho Municipal. A DGEST enviou agora os formulários e a autorização para se poder iniciar o processo. A seu tempo, vamos avançar nessa matéria.

Relativamente à revisão da Carta Educativa disse que ela vai ser feita, e vai apenas passar por uma revisão. Não vai ser feita nenhuma avaliação. "Isto de ter a memória curta é grave". Para quem chega de novo, pode até ter alguma desculpa naquilo que diz. Agora, eu tenho de ter cuidado com o que digo porque eu já cá estou há muito tempo e já proferi muitas afirmações. Os senhores têm sempre a oportunidade de dizer: "então o senhor esqueceu-se?".

Continuou a intervenção dizendo "Agora, vemos aqui uma senhora deputada, que esteve cá 12 anos vir apontar o dedo ao Executivo que está cá há 11 meses, dizendo, relativamente à Carta Escolar que temos de chamar as pessoas, temos de ouvir as pessoas e que isto é um trabalho que tem de ser coletivo para o bem das crianças e que deverá passar pela decisão de todos. Então esse Executivo de que a senhora fez parte decidiu que uma pessoa decidisse o futuro de 11 escolas e vem com afirmações destas. Onde é que a senhora estava? Escondeu-se? Que legitimidade política é que tem, para estar agora a apontar o dedo seja a quem for? Vamos ser sérios no discurso. Eu não posso admitir este tipo de comportamento aqui dentro. Santa paciência. As pessoas têm de olhar para o passado. Estar a discutir este assunto com tantos raios-de-palha não me parece correto". Em relação a este assunto, disse ainda que se comprometia em garantir à Assembleia "...que falará toda a noite, se for preciso, acerca de educação com todos. Todos serão ouvidos: crianças, pais, Presidentes de Junta e Conselho Municipal sobre o tema escolas,. Faz disso um ponto de honra.

Continuou a sua intervenção referindo-se à intervenção do senhor deputado Miguel Cardoso, sobre a ARU, Área de Reabilitação Urbana e da necessidade de a fazer. Disse-lhe que apresentaram uma proposta para que numa primeira fase se definisse a delimitação da ARU. E enfatizou a seguir: "Deixem-se dizer duas coisas que para mim são importantes. Obviamente que este documento é um documento político. Houve aqui duas grandes decisões políticas relativamente a este projeto que nós apresentamos. A primeira é que houve vontade deste Executivo de apresentar este projeto chamado ARU. Esta vontade começou já há muito tempo. E daí, começamos a trabalhar nele com uma equipa interna da Câmara e com uma equipa externa, composta por dois elementos da ARU do Porto para começar a delimitar a primeira ARU de Amarante. Haverá de ter mais. Isto não para aqui. Esta vontade política foi vetada porque votaram contra esta nossa vontade. É sempre fácil discutir e muito mais fácil dizer que há argumentos para se votar contra. Há sempre. Ou porque falta mais isto, ou porque falta mais aquilo. De toda a maneira está a ser reavaliada e eu pedi para que os senhores Vereadores que votaram contra a reapreciassem e se assim o

entendessem apresentassem uma proposta. Na altura, o senhor Vice-Presidente pediu para que apresentassem essa proposta, mas houve logo quem dissesse eu voto contra. Não apresentaram qualquer contraproposta. Só houve uma proposta de alteração da taxa que foi obviamente tida em conta por nós. De resto mais nada. Mas votaram contra. E isto também responde àquilo que a senhora deputada Lúcia Coutinho aqui disse. A questão do plano estratégico, a questão de não termos um projeto, onde é que estão as nossas propostas e se estamos preparados para avançar para o Quadro Comunitário? Este projeto é essencial para aquilo que senhora veio perguntar. Mais a mais, para o Quadro Comunitário que aí vem e que eu ainda não conheço, uma vez que os primeiros regulamentos ainda não saíram. Não conheço eu nem ninguém aqui nesta sala.. Tenho uma ideia de quais são as linhas orientadoras. Regulamento ainda não saiu nenhum. Estou-me a preparar para o Quadro Comunitário. A ARU é essencial, não só para aquilo que aí vem, mas para aquilo que já acabou e que através do overbooking podia ir buscar dinheiro. Isto era e é muito importante para o concelho de Amarante. É que com o ARU havia a possibilidade, com o investimento que já foi feito nos últimos anos entre 2007 e 2014 poder ainda ir buscar dinheiro que foi gasto pelo Município porque na altura não houve a capacidade de apresentar candidatura. Há 50.000 milhões para ir buscar, do programa anterior. E quero ir lá buscar dinheiro porque o concelho de Amarante durante o último Quadro Comunitário foi lá buscar 11 milhões. E quero ir lá buscar muito mais, para ficarmos pelo menos nivelados com Celorico de Basto ou com Baião, enfim com os concelhos aqui à volta. Respondo em parte àquilo que a senhora pergunta, porque isto prova que temos projeto. A fase dois da ARU é definir planos estratégicos para a cidade, mas é claro que nem só a cidade será contemplada. O concelho tem 302 Km quadrados, e temos muitos investimentos que vamos querer fazer em todo o Município. Acredite que não vou dormir na forma e vou estar sempre atento. Eu e todos os senhores Presidentes de Junta aqui presentes. Vamos aproveitar tudo aquilo a que temos direito. Eu também digo que para nós é urgente e estão aqui os senhores Vereadores que sabem que eu pedi que houvesse tréguas um ano. Que durante um ano esquecêssemos esta partidarite. Não a política, porque vamos continuar a fazer política. Mas política com elevação. Vamos tentar aproveitar efetivamente esse Quadro Comunitário que vai ser fundamental. A questão é: os senhores se quiserem, conseguem travar todo o processo, conforme travaram a ARU. Espero que possamos dar continuidade e que possamos reaver este processo, porque ele é essencial para o concelho de Amarante. Já agora, duas notas políticas: Eu sou penalizado por querer desenvolver a questão natural, a questão do Rio Tâmega (que na sua ótica é essencial). É uma alavanca para o concelho de Amarante". E aí era bom que todos tivessem a vontade que ele tem, que é fazer mais por esta cidade e pelo Rio Tâmega, "...porque ele pode ser uma âncora de desenvolvimento para o nosso Município. Isso também estava na ARU e também foi penalizado". Concluiu dizendo que "...espera que reconsiderem" e que como ele que gosta do Rio Tâmega, permitam que através dele se possa desenvolver mais o nosso concelho.

Relativamente ao PDM, disse que não iria tecer grandes considerações porque "...acha que não vale a pena". O que fizeram, foi aproveitar o trabalho que vinha de 2007 e entenderam que não o deviam deixar cair. Inclusive o anterior Executivo em agosto decidiu dar-lhe continuidade. O atual Executivo utilizou o trabalho já feito, pedindo apenas que fosse concedido mais um período de três meses para poderem introduzir-lhe algumas achegas que foram sendo dadas pelos senhores Presidentes de Junta e também pelo conhecimento que têm do concelho. "Por isso é que aqui estamos porque também temos vontade. Dá a ideia que agora que alguém que chegou é que sabe o que é que Amarante precisa. Eu também sei. Todos nós sabemos. O PDM é fundamental e eu já o digo há muitos anos. Deixem-me dizer que esta primeira fase passou e que quem quiser e estiver de boa fé e com vontade pode continuar a trabalhar com este Município".

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse ao senhor Presidente da Câmara que ele gastou o dobro do tempo a que tinha direito. Desde o momento que as Assembleias Municipais entenderam que também se devia cortar a palavra ao senhor Presidente da Câmara; aliás legislação recente, ele devia ser o primeiro a cumprir minimamente o regulamento.

OCTÁVIA CLEMENTE - PS

No uso da palavra, começou por referir-se às palavras do senhor Presidente da Câmara, quando este diz que é chover no molhado continuar a falar das escolas de Jazente, Gondar e Padronelo. De qualquer das formas, e para não fazer o senhor Presidente da Câmara perder mais tempo, solicitou-lhe que lhe fosse fornecida uma cópia do documento da DGEST que enuncia que a escola de referência para estas escolas é o Agrupamento do Marão. Pediu então ao senhor Presidente da Assembleia, que ficasse registado em ata este seu pedido através da Mesa da Assembleia. Rematou a sua intervenção dizendo "Não consideramos que seja uma perda de tempo, uma vez que o senhor Presidente acabou por assumir que foi possível não encerrar uma escola. Aquilo que nós lhe solicitamos e que questionamos, foi tal, como o senhor Presidente tinha dito na última Assembleia que durante um ano se discutisse toda essa questão. Era isso que nós pretendíamos, mas ficamos esclarecidos".

ANTÓNIO TOMÁS – CDS/PP

No uso da palavra, disse que vinha fazer um apelo ao senhor Presidente da Câmara, porque soube que tinha sido assinado no dia anterior um acordo entre o Governo e a REFER, para a obra de eletrificação da linha do Douro. Prosseguiu dizendo que tendo lido o plano que estava em vigor, a estação de Vila Meã não vinha ali contemplada com nenhum tipo de requalificação. Concluiu dizendo que entendia que a Câmara devia ter um papel ativo no sentido de obrigar a REFER a requalificar a estação de Vila Meã.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato às intervenções do público realizadas pelos Municípes que previamente se inscreveram para esse efeito.

Assim, usou da palavra em primeiro lugar o senhor **DANIEL BESSA**, morador em Freixo de Baixo, que fez a intervenção que a seguir se transcreve: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Secretários

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhores Vereadores

Senhores Deputados

Ex. Público

Senhor Presidente reconhece que a sua tarefa neste mandato não está fácil. Deparou-se com muitas armadilhas, mas já contava com elas, é uma batalha árdua que V^a. Ex^a tem de travar, porque andam por aí alguns lobos vestidos com pele de cordeiro. Deve fazer uma triagem daqueles que estão verdadeiramente ao serviço do município e do executivo, ou estão para se servir e servir os amigos do peito. Cuide-se daqueles que se deram ao trabalho de ligar para os seus piões no dia imediato à sua vitória, para perguntar, quem eram os subalternos ou soldados que estavam a vangloriar-se com a vitória do Zé Luís. Usando aqui um provérbio: Para um bom entendedor meia palavra basta.

No mandato anterior, do qual fiz parte, foi acusado aqui pelo Senhor Presidente da Assembleia, na altura Presidente da Câmara, de ser um cusca. Tive a sorte de estar no local certo à hora certa, foi isto que fez a diferença e lhes mexeu no ego. Fazendo

jus à acusação não deixo de estar certo na minha análise, feita no momento próprio, os documentos entregues na Assembleia seguinte, depois de feita a cronologia dos mesmos a minha intervenção foi feita com plena oportunidade.

Durante o período do verão, deparamo-nos amiudadas vezes com cobras, répteis que se movem rastejando por entre as pedras e os arbustos, é aí, e durante esse período, esses répteis fazem a mudança da pele, também é sabido que há um outro réptil de nome camaleão, que tem uma característica muito própria, muda de cor à medida que a necessidade o obriga.

Senhor Presidente, em sentido figurado mas não deixando de ser verdade o senhor está rodeado de alguns destes seres vivos arrepiantes, que mudam (de bandeira), perdão de pele, da cor da (camisola) perdão da cor da carapaça, mediante as suas necessidades e suas conveniências e de terceiros, mas não deixam de ser diferentes daquilo para que foram concebidos. É estes seres vivos arrepiantes que se unem e procuram demarcar o seu raio de ação, atacando, afugentando, perseguindo o ser vivo inofensivo, que faz falta no seu trabalho é cumpridora, meticulosa nas suas tarefas, é fiel à sociedade, e a quem lhe paga.

Estes seres vivos arrepiantes, se algo sair fora do seu raio de ação, procuram logo de seguida destruir o ser vivo inofensivo, com ataques psicológicos, armadilhando os seus locais laborais, retirando-lhes as ferramentas onde eles desempenham as suas tarefas para cumprir com a sociedade que é essa mesma sociedade que lhe paga, pondo esse vivo de quarentena.

No tempo da Pré-História, esse toque a reunir, era feito por uivos, gemidos, batimentos coordenados no peito tipo tarzan, hoje com as novas tecnologias, esses seres vivos arrepiantes usam-nas para lançar o alerta geral o grito do Ipiranga, porque o ser vivo inofensivo mexeu-se, não sabendo a razão do movimento ficam todos de prevenção.

No ano de 2010, eu pessoalmente tive de me deslocar a um local de atendimento público desta Câmara, para dialogar com o ser vivo inofensivo que desempenhava a sua tarefa laboral nesse local, como esse ser vivo inofensivo se mexeu, logo de seguida o ser vivo arrepiante seu superior abeirou-se de mim dando-me ordens de expulsão, como se ali fosse uma coutada sua.

Não reagi a pedido do ser vivo inofensivo, porque se o fizesse punha em risco o local laboral desse mesmo ser. Mesmo assim esse ser vivo, veio logo de seguida a sofrer na pele as agruras de ter de mudar de casulo, (local de trabalho) para gáudio desse ser vivo arrepiante. Tudo isto debaixo do olhar atento do ser vivo arrepiante e de cartola. Mas já outros seres vivos arrepiantes e de cartola tinham feito ataques ferozes: não venha para cá chatear se não ponho-a na lei da mobilidade, (está á vinte e quatro anos sem subir de carreira). Os seus assuntos familiares não devem ser trazidos para o local de trabalho, (esteve três anos de baixa e quatro internamentos Hospitalares).

Senhor Presidente exerça o poder em plenitude e com firmeza, para que esses seres vivos arrepiantes cumpram as suas obrigações com a sociedade. Não são pagos para irem regar o quintal, trocar o telemóvel, ir às compras, ir lanchar à tasca com os amigos, dedicar-se a pesquisar na hora do trabalho para publicar livros e revista, devem cumprir com a sua fiscalidade para não deixar construir habitações maiores do que os projetos aprovados, não são pagos para serem professores dentro da hora laboral, as viaturas que são propriedade do Município contem uma bagageira que deve estar ao serviço do Município e não para descer serra abaixo com uma duzinha de ovos um franguinho do campo umas verduras umas chouricinhas caseiras, (menino, menina leve, leve para que não mude de cor não deixe que lhe troque a pele) tudo isto foi acontecendo durante inúmeros anos perante o olhar incrédulo da nossa sociedade.

Pergunta: Senhor Presidente o senhor aceita continuar alimentar estes seres vivos arrepiantes que não cumprem com a sociedade?

Pergunta: Vai aceitar que estes seres vivos arrepiantes continuem exercer a perseguição, o vexame, o insulto barato, a coação psicológica do ser vivo inofensivo que quer cumprir com a sociedade as suas tarefas as suas obrigações?

Pergunta: Vai aceitar que esse ser vivo e arrepiante retirem os instrumentos de trabalho do ser vivo inofensivo para que ele não possa cumprir com a sociedade, que é essa mesma que lhe paga?

Termino com uma frase muito própria do saudoso Eng. Sousa Veloso, até para semana.

Eu pessoalmente digo: Volto na próxima Assembleia”.

Usou de seguida a palavra o senhor **PAULO BARREIRA**, morador em Vila Meã, que no uso da palavra, questionou o senhor Presidente da Câmara acerca da construção e recente inauguração de dois novos campos de ténis junto ao Estádio Municipal. Acerca destes novos campos perguntou: Quanto custou a empreitada? Quantas empresas de Amarante foram consultadas para dar o preço? Quantas empresas de Amarante foram convidadas para o concurso? Prevê esta Câmara construir mais campos de ténis no concelho? Pode V. Exa explicar aos Amarantinos porque é que a Câmara vai fazer novos contratos, com novas pessoas para a área da comunicação e design? Pode explicar de que contrato se trata? Quais os benefícios para o município? E afinal de que contrato se trata?

Neste novo contrato O município vai pagar mais ou menos relativamente ao anterior? Pode dizer-nos qual o valor e qual o diferencial relativamente ao anterior?

Por último, usou da palavra o senhor **ANTÓNIO ADELINO**, morador no bairro Cancela de Abreu que no uso da palavra disse: senhor presidente faço «mea culpa» relativamente ao assunto da oferta dos livros aos alunos do 1ºciclo, achando que estava a cumprir ordens «lá de baixo» (do PSD nacional) mas posteriormente à última Assembleia, tive conhecimento que uma câmara socialista (câmara de Gaia), também o faz (reconheço que fui injusto mas involuntariamente já que na altura apenas câmaras PSD o faziam); relativamente às conversas que em tempos tivemos, deixe que lhe diga, fiquei com a sensação de ser uma pessoa com bom senso, personalidade e justa; espero não cometer nenhuma inconfidência se disser que no “caso Relvas” o senhor era muito crítico com o Dr. Passos Coelho por este ainda não o ter demitido, o que prova a sua “independência” face ao poder central (e assim cai por terra a explicação da oferta dos livros tratar-se de acatar ordens superiores e portanto não estarmos perante um «yes men», ainda bem); concordará comigo que entre essa razão (ser um «yes men») ou a de ser injusto, porque a oferta dos livros indiscriminadamente, quer se queira quer não, é uma medida injusta, iníqua (contrária à equidade), eu tenha optado por ela, ao achar que o senhor fosse um «yes men» (na minha modesta opinião considero falha mais grave ser injusto do que estar a obedecer a ordens “lá de cima”); já agora, recordo a exortação da filósofa judia Hannah Arendt «que é preciso trazer a santidade para a política» querendo com isto dizer justiça, alias no entendimento que se faz da atribuição pelo Estado de Israel do título de “justo” a alguém que se tenha notabilizado em favor da humanidade (cujo exemplo emblemático é o nosso Aristides de Sousa Mendes que também conhecemos) ou a do papa João XXIII a todos os homens de boa vontade (crentes ou não) «Para praticar fielmente a religião....devemos, antes de mais, amar a Deus, e o amor de Deus é o amor da “justiça”»; acho que me faço entender.

Recorda-se de eu me ter insurgido relativamente àquela prova de ciclismo BTT “Douro Race” (no executivo anterior), porque achava que se a Câmara apoia (financeira ou em termos logísticos) deveria exigir que a mesma fizesse menção ao nosso rio, e que eu saiba ainda é o Tâmega, ora acontece que tivemos oportunidade de assistir a um espectáculo designado “Ópera no Douro”, com o apoio da câmara, esquecendo mais uma vez o nosso rio (que até ver é o Tâmega e não o Douro), já

agora um parêntese, é costume nas mudanças de regime haver alteração na toponímia de certas ruas, mas nunca com o nome dos rios, e portanto embora o Douro seja magnífico o nosso continuar-se-á a chamar Tâmega, deste modo sempre que a Câmara apoiar qualquer iniciativa, na designação do evento não se omita as suas partes constituintes (serras, monumentos, figuras culturais, etc., no caso concreto o Tâmega) e portanto exigir que no mesmo seja mencionado.

A propósito do PDM e como sabemos tanto a RAN como a REN o balizam gostaria de saber a sua opinião relativamente a uma proposta dum governo PSD (julgo que do Dr. Barroso) de passar a REN para a tutela das autarquias, pessoalmente não vejo qualquer problema e deste modo pôr-se-ia em prática a tão propalada subsidiariedade, porque só se ama e estima (logo preserva) o que se conhece e ninguém mais que os que estão próximos e no terreno para o fazerem.

Terminado o período de intervenções do público, foi então dada a palavra ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que no uso da palavra começou por dizer que iria ser parco nas respostas, nomeadamente nas questões colocadas pelo senhor Daniel. Esta questão do ser vivo arrepiante e do ser vivo inofensivo, tem a ver com uma questão a que temos de nos começar a habituar. Percebeu parte da intervenção que o senhor Daniel fez. Mas há uma questão que não pode deixar de referir. "Se qualquer um de nós der aqui a entender uma suspeita sobre seja quem for, deve muito claramente dizer o nome das coisas, até porque, se for preciso abrir um inquérito deve saber-se concretamente do que se está a falar". Não pode, e apenas com base em algumas afirmações dar seguimento seja ao que for. "De mais a mais não concordo que se levantem suspeitas sobre seja quem for. Os ovinhos e as coisas que entram na mala do carro não podem acontecer. Estamos a falar de funcionários, de pessoas que trabalham para o Município. Têm responsabilidades e não podemos dizer isto assim de ânimo leve. A ser verdade é preciso denunciar de forma clara, dizendo o que se sabe". Se assim for estará disponível para claramente dar seguimento a um processo, "...seja a quem for".

De seguida, disse ao senhor Adelino que a questão das opiniões que cada um pode ter, podem ter a ver ou não com questões que são muitas vezes transversais. Não tem nada a ver com partidarite, ou se é de esquerda ou direita. Tem a ver com o bom senso, tem a ver com a nossa educação, tem a ver com tudo aquilo que nos rodeia, aquilo a que somos mais ou menos sensíveis sobre determinadas matérias. É importante discutirmos sobre as opiniões que possamos ter. Claro que depois há aqui outro momento, que a quem, como ele, compete tomar decisões, não tem tarefa fácil. "Não há ninguém que diga que tomou a melhor decisão. Tenta a melhor decisão, mas há sempre uma dúvida. Nós temos isso em nossa casa, em todos os momentos da nossa vida. Temos sempre algumas dúvidas sobre aquilo que podemos fazer". Quando toma uma decisão procura que ela seja a melhor decisão que vai tomar, ouvindo as pessoas, ou tomando a decisão de modo próprio quando não pode envolver ninguém. Não pede a ninguém que "se atravesse por ele". Quando toma uma decisão, é ele que a toma e não responsabiliza ninguém por isso.

Relativamente à REN e à RAN não tem uma resposta para lhe dar porque nunca pensou nisso. Se tivesse que responder naquele momento, diria que há matérias que temos de olhar de cima. Temos de olhar para o todo e não só para a parte. O problema muitas vezes é quando só olhamos para a parte. Julga, mesmo sem ter pensado na matéria, que esta questão da REN e da RAN deve ser pensada, para não se cometerem quaisquer asneiras.

Respondeu de seguida ao senhor Paulo Barreira, dizendo que lhe forneceria cópias do dossier da obra de construção dos campos de ténis. Aliás até gostava que ele o consultasse. Para isso basta requisitá-lo. Ele, enquanto Presidente da Câmara não consultou ninguém, mas os Serviços certamente que o fizeram. Também não lhe sabe dizer se as empresas foram de Amarante ou não. Se foram de Amarante tanto

melhor. Deveria saber mas por acaso não sabe. Sabe é que a obra custou à volta de 100.000 euros. É uma belíssima obra de que "se orgulha". Foi daquelas decisões de que hoje não está arrependido. Tomara, que de hoje para o futuro todas as decisões que venha a tomar sejam tão boas como aquela. Sente-se satisfeito porque fez um bom investimento e recuperou um belíssimo local. Aquele espaço vai ajudar muitos jovens a poderem treinar e a terem mais qualidade no treino, com boas condições e apenas com um custo de 100.000 euros. "Um dia, se o senhor Barreira quiser até poderá discutir algumas das obras que foram feitas no passado equiparadas com esta para o senhor perceber que este foi um ato de gestão correto e assertivo". Quanto ao contrato de um técnico de design, disse-lhe que ainda não foi contratado nenhum. "O senhor Barreira está errado, assim como muita gente aqui dentro da sala". Nunca pediu para contratar ninguém. Nós temos aqui em Amarante quem faça esse trabalho. Aquilo que a Câmara vai contratar serão técnicos que não tem nem nunca teve. Vai contratar alguém que resolva o problema da comunicação, porque "...temos um problema grave de comunicação". Vai apostar nessa área porque "...passado um ano o problema persiste". Amarante tem de saber vender o seu produto de todas as formas. O que vai ter é alguém a ajudar a definir uma estratégia de comunicação. "Escusam de andar a dizer que vão ser contratados designers. Isso é falso. Fica-lhes mal andar a dizer isso e também lhes fica muito mal andar a dizer que o Presidente da Câmara tem assessores, porque não tem nenhum".

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, passou-se de imediato ao ponto número um da Ordem de Trabalhos.

PONTO Nº 1 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL

Relativamente a este ponto inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

ANTÓNIO TOMÁS – CDS/PP

No uso da palavra disse que o que o trazia à tribuna era o facto de constar no relatório uma alínea que refere "Plano viário para Vila Meã". É uma obra que os Vilameanenses aguardam há cerca de trinta anos e que pelos vistos vai agora para a frente. Considerou-a uma estruturante e acredita que Vila Meã beneficia com isso. E rematou dizendo que "...beneficiando Vila Meã, beneficia todo o concelho porque Vila Meã é parte integrante do concelho de Amarante". Por fim felicitou o Sr. Vice-Presidente, Jorge Mendes, porque sabe que ele se tem empenhado bastante nesta obra.

JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse que o partido Socialista no que toca à informação financeira, contida no relatório, valoriza a disponibilidade financeira e a capacidade de endividamento que o Município de Amarante tem nesta altura. No entanto gostava de saber quais os prazos de referência para os pagamentos aos fornecedores.

O Partido Socialista solicita ainda ao senhor Presidente da Câmara alguns esclarecimentos e informações adicionais, assim: que motivos estão na origem do atraso na abertura do Centro Escolar de Travanca? Gostaríamos também de saber que causas levaram a que não se realizasse o festival "Som dos Diabos"? Solicitou ainda que fosse dado a conhecer quais os resultados das reuniões de trabalho realizadas pelo Executivo em 11/07/2014, com a Fundação Afonso Henriques; em 16/07/2014, com o ICNF; em 23/07/2014, com o Agrupamento dos Centros de Saúde; em 24/07/2014 com a empresa EDP Produção e em 14/08/2014 com a REFER.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, e na sequência da intervenção do engenheiro António Tomás, também se congratula pela aprovação do projeto do sistema viário em Vila Meã, um projeto que como referiu, há muitos anos necessário e que é estruturante para Vila Meã. "Mas lá está. Foi este Executivo que teve mais uma vez a vontade política de o iniciar. Pelo sentido de voto que viu na Câmara, tem a certeza que até os senhores deputados do PS e os senhores Presidentes de Junta de Vila Meã também virão à tribuna congratular-se pela aprovação deste projeto há muito esperado e necessário para aquela terra. Não é só críticas. Quando as coisas são positivas, na perspetiva dos senhores deputados, acho que também deviam registar isso, como é exemplo o início deste projeto em Vila Meã. É um projeto da maior relevância para aquela área do território".

AMÉRICO PAULO – PS

No uso da palavra disse: "Sr. Presidente da Assembleia, restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Caros deputados, Público e Imprensa.

O Partido Socialista congratula-se que o Sr. Presidente da Câmara, venha agora assumir a construção do novo quartel da GNR, na antiga Adega Cooperativa de Amarante, dando continuidade ao projeto defendido pelo Partido socialista.

O Executivo camarário liderado pelo Dr. Armindo Abreu lutou pela construção desta obra neste local, mas também é verdade que contou sempre com a oposição do PSD, quer a nível local, quer a nível governamental.

Lembro a este propósito que por diversas vezes este assunto foi discutido em reunião de Câmara, sendo que as propostas então apresentadas pelo Presidente da Câmara, então Armindo Abreu, foram sempre reprovadas pelo PSD e pelo Movimento Amarante com Ferreira Torres, porquanto não concordavam com a localização escolhida para aquele equipamento defendendo a elaboração de um estudo para toda aquela zona.

Relembro ainda:

Que apenas em abril de 2011, foi aprovada a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara de então, a autorizar a assinatura do "Protocolo a celebrar entre o Município de Amarante e a Direção Geral de Infraestruturas e Equipamentos e a Guarda Nacional Republicana para a construção do quartel do Destacamento da GNR de Amarante, tendo sido aprovado com os votos a favor do Partido Socialista e com a abstenção do PSD.

Desde então, ficou a Câmara Municipal a aguardar do Governo (à época já liderado pelo atual 1.º Ministro) o Programa funcional, para a seguir dar andamento ao projeto de arquitetura e especialidades.

O anterior Executivo fez várias diligências, das quais destaco diversos ofícios para o Sr. Ministro da Administração Interna, que não se dignou dar uma simples resposta ao solicitado.

O Partido Socialista considera que apesar de todas estas adversidades o Executivo liderado pelo Dr. Armindo Abreu conseguiu, até final do seu mandato, deixar o processo conduzido de forma a ser concluído pela gestão camarária seguinte.

Depois de alguns zigzagues pelo atual Executivo camarário, quanto à decisão do local de construção do quartel da GNR, ora fica na antiga Adega, ora vai para os Bombeiros, eis que finalmente, imperou o bom senso e o PSD começou finalmente a tomar decisões que vão de encontro ao interesse dos amarantinos.

Foi com agrado que li a mais recente notícia vinda a público sobre este dossier - estou a referir-me à visita no passado dia 11 do Sr. Tenente Coronel Soares Pereira, da Direção de Infraestruturas e Equipamentos da GNR para a definição do programa funcional do quartel, para posterior desenvolvimento de projeto de arquitetura e especialidades dando seguimento ao projeto iniciado pelo PS.

Os amarantinos podem contar com o Partido Socialista que terá sempre uma postura responsável, na defesa dos interesses dos cidadãos amarantinos, manifestando a sua total disponibilidade para colaborar na conclusão de todo este processo.

Para terminar, o PS nesta matéria como noutras, orgulha-se do seu passado, mantendo a mesma postura no presente.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, disse que bem não queria monopolizar a Assembleia, mas quando "...ouve destas coisas não pode ficar calado". Os Vereadores da oposição quando chegaram à Câmara em 2009, logo em novembro de 2010 viabilizaram a construção do Quartel da GNR, exatamente para impedir que o PS se continuasse a vitimizar, como se vitimizou durante toda a campanha eleitoral de 2009, onde diziam que era o PSD que os impedia de construir o quartel. "Viabilizamos a obra e na altura dissemos exatamente isso. Para que o PS não tivesse mais nenhuma razão para se vitimizar e para de uma vez por todas fazer o quartel. Há 20 anos que se anda a falar em fazer o quartel. O senhor deputado, neste caso não pode honrar muito o passado porque se tiveram vinte anos para o fazer e não fizeram, aqui o passado não tem grande honra". Na altura também se disse: "...é para vocês fazerem o quartel, mas também sabemos que não vão fazê-lo, mas nós quando chegarmos ao poder vamos fazê-lo". Depois, em abril ou maio de 2011, já perto da saída do governo socialista é que foram aprovar o protocolo. Nada fizeram. Estiveram à espera do programa funcional. Isto não é mandar ofícios e estar à espera. "O atual Presidente da Câmara já foi mais vezes a Lisboa num ano que outros porventura em quatro anos. É preciso ser dinâmico, ser proativo e fazer com que as coisas aconteçam. Este Executivo, ao fim de onze meses já está no bom caminho para fazer o quartel. É a diferença da vontade política. É a diferença de atitude. Nós sempre dissemos que seríamos nós a fazer o quartel. Não arranjamos justificações, não nos vitimizamos e vamos fazê-lo porque o quartel é muito necessário".

JOSÉ LUÍS GASPAR - PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por solicitar ao senhor Presidente da Assembleia para que desse autorização para que o senhor Vereador André Magalhães pudesse dar a explicação das razões porque não se realizou o festival "Som dos Diabos". O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse-lhe que quem tem de dar autorização aos senhores Vereadores para usarem da palavra é o senhor Presidente da Câmara. Assim, depois deste esclarecimento, o senhor Presidente da Câmara, continuou a sua intervenção para dizer que estava muito satisfeito com aquilo que ouviu, embora entenda que alguns dos oradores anteriores "...não felicitaram o atual Executivo e deviam-no ter feito, porque lhes ficava bem". O atual Executivo deu continuidade ao processo e quando reuniu com o senhor Ministro até comparou o processo a uma novela mexicana, porque de tantos anos que já tinha até parecia nunca mais ia acabar. Já cansava e era preciso partir para a solução final. O final que gostava de ter era a "...execução do quartel em Amarante e essencialmente por duas razões: a primeira pela falta de dignidade que as atuais instalações da GNR hoje têm; a segunda é que também precisamos do edifício que hoje ocupam para poder dar outra dignidade ao nosso museu".

Continuou para esclarecer que "...a razão para ter dado continuidade a este local, conforme o senhor deputado Américo Paulo aqui falou, não teve nada a ver com os ziguezagues que referiu. Não foi o atual Executivo que os fez. Equivocou-se, porque quem os fez foi o Partido Socialista durante vinte anos e só ao fim de vinte e quatro anos é que decidiram ser naquele local. Nós só demos continuidade ao processo. É preciso ser criterioso naquilo que se afirma. O que o senhor está a dizer é uma frase

que eu eventualmente terei dito nos bombeiros em que poderemos julgar que era impensável outra solução. É diferente, mas tudo bem".

Disse seguidamente ao senhor deputado José Joaquim Magalhães Teixeira que relativamente aos prazos de pagamento "...estamos dentro da média os trinta dias. O que vos vou dizer é que segundo informações da Chefe de Divisão Financeira, é que no mês seguinte ao da entrada dos documentos, pagamos as faturas. Portanto, esse prazo está entre os trinta e os trinta e cinco dias. O que é ótimo e é assim que vai continuar. Se analisarem os documentos verificam que a Câmara tem disponibilidade financeira. Se é a trinta, trinta e cinco, vinte ou vinte e cinco, tem a ver com o dia em que cá entram as faturas. Se por acaso entra uma a oito de agosto, será paga no final do mês seguinte".

Relativamente à reunião com a Fundação Afonso Henriques, disse "...que convinha relembrar um pouco da sua história. Há uns anos atrás a Fundação era para passar a sua sede para Amarante, para o Solar dos Magalhães. Na altura fez-se um anteprojecto da autoria do arquiteto Siza Vieira. Entretanto a Fundação acabou por não ficar cá e a história acaba aqui. Quando assumiu a Presidência da Câmara, verificou "...que temos um núcleo de edificado projetado por bons arquitetos, faltava um de Siza Vieira. Ao ter uma conversa com o anterior Presidente da Câmara perguntou-lhe o que tinha feito a anterior Câmara relativamente a este projecto. Soube que houve da parte do Executivo a vontade de recuperar esse projecto e dar-lhe continuidade, até para colocar ali outros Serviços. Sendo assim, o atual Executivo no seguimento dessa vontade deu continuidade ao processo. Falou com os responsáveis da Fundação Afonso Henriques e fez-lhes uma proposta para que eles cedessem os direitos do projecto de Siza Vieira, porque só assim será possível dar algum andamento ao processo de recuperação do Solar dos Magalhães. O processo não está terminado porque há uma proposta que já vem do passado que é a de tornar Amarante associada da Fundação. É isso que provavelmente vai também propor numa futura reunião de Câmara".

Quanto à reunião com ICNF, disse que "...todos sabem que a sua vontade é que a gestão do Parque Florestal passe a ser da Câmara. Cada vez tem mais vontade que isso aconteça. Por razões simples, mas principalmente por razões de segurança. Quem é amarantino, quem passeia por Amarante sabe que temos ali um problema grave, mas vamos ter de colmatar. Só podemos fazê-lo se o parque estiver sob a gestão do município. A reunião com o ICNF teve a ver com o facto de dar continuidade a este propósito. Não é para abater árvores, é sim para o requalificar e voltar a dar-lhe vida. Pois "...quer um parque com vida saudável para que todos possam desfrutar daquele espaço porque é lindíssimo". E lembrou que ainda naquele dia o chamaram à atenção para os problemas de segurança daquele espaço, nomeadamente para a promiscuidade que se passa num espaço ali inserido, mas propriedade do município. O ICNF tem vontade de ceder o espaço. Para isso terão de ser sinalizados os edifícios que serão interessantes para poderem ficar sob a gestão municipal. Há edifícios que não vai querer, nomeadamente aqueles onde habitam pessoas, porque quer que continuem a morar lá. A casa principal, onde funcionam os serviços vai continuar até porque é necessário que continuem a ser assegurados os serviços que ali se prestam. Todo o resto está ser sinalizado, para que possa passar obviamente para a gestão da Câmara.

De seguida usou da palavra o senhor **VEREADOR ANDRÉ MAGALHÃES**, que relativamente à não realização do festival «Som dos Diabos» disse "...que no início do mandato, entre o final do ano passado e o início deste ano teve uma conversa com os Serviços por uma questão de orçamento. Na altura foi feita uma análise concluindo-se que a parte da juventude tinha um orçamento muito diminuto que pouco superava os 15.000 euros. A atividade dos «Som dos Diabos» era suportada por essa verba e ainda por parte de uma verba destinada à cultura. Na altura, fizeram também uma análise ao evento para ver da necessidade de lhe dar ou não continuidade. Falaram

com os intervenientes envolvidos na sua realização para melhor repensar a sua realização no sentido de lhe dar um novo conceito, envolvendo mais bandas a concorrer e mais pessoas. Não foi possível juntar tudo isso e há neste momento uma proposta que está a ser analisada e a ser debatida já para o ano de 2015. O grande custo que nós tínhamos era com as bandas de fora que vinham dar publicidade e dimensão ao festival. Depois havia alguns constrangimentos quanto à visibilidade que tinham as nossas bandas que eram o principal objetivo do festival. Nesta perspetiva é que pedimos para que fosse reformulado e repensado o formato do festival de maneira que causasse mais impacto, para os nossos restaurantes, os nossos bares, os nossos cafés e que assim pudéssemos dar continuidade ao trabalho das bandas depois de terminado o festival. Em 2015, provavelmente teremos um festival com mais bandas de Amarante e com um formato diferente do inicial".

Usou ainda da palavra o senhor **VICE-PRESIDENTE, PROFESSOR JORGE MENDES** para esclarecer a questão relativa ao Centro Escolar de Travanca.

Assim, em relação a esta obra, disse "...que foi adjudicada pelo critério preço, e quando adjudicamos uma obra de 3 milhões de euros, por apenas dois milhões é de esperar que venham a existir alguns problemas, ainda que no início possa parecer muito bom. Acontece que isto depois reflete-se no desenvolvimento da obra. Temos vindo a assistir a algum desvio no plano de trabalhos que se aprovaram inicialmente aquando da consignação. Os Serviços têm feito um trabalho de gestão de controlo da obra muito apertado para minimizar estes inconvenientes. O que temos feito, interligados com a parte financeira é sempre que recebemos os autos de medição, pagamos praticamente logo no dia, para que o empreiteiro geral não tenha problemas de liquidez para resolver os problemas de pagamento aos subempreiteiros. Temos pois tido um controle apertado, quer com o decorrer da obra quer com os pagamentos. Só assim temos garantido que os subempreiteiros tenham permanecido na obra, ou não a tenham ainda abandonado. E por isso houve algum desvio nos trabalhos, mas temos a situação controlada e no mês de outubro está previsto que possa abrir para receber os alunos. Foi dado um prazo limite ao empreiteiro para terminar a obra dentro do prazo estipulado, sob pena de sanções contratuais. Temos de usar o que está previsto na lei para que os empreiteiros percebam que têm de concluir as obras num prazo que minimize os problemas ao dono da obra. A obra já está em limpeza e como atrás disse, prevemos que no mês de outubro as crianças já lá estarão".

PONTO Nº 2 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – FIXAÇÃO DAS TAXAS – PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra, o senhor deputado disse que o PS irá votar a favor desta proposta. Em primeira instância porque ela acompanha aquilo que é a proposta passada do PS. "É uma taxa favorável ao munícipes e por isso merece a nossa aprovação. Só é possível esta taxa porque o município de Amarante cumpriu até agora, sob o ponto de vista financeiro todas as obrigações e por isso hoje, nem todos os municípios estarão em condições de poder aplicar esta taxa. A boa gestão do passado permite hoje que o atual Executivo apresente a proposta agora em discussão".

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra começou por dizer que até "...pensava que o senhor deputado Hugo Peixoto viria dizer que quando visse um coisa boa vinha cá dizê-lo e esperava que viesse dizer isso para o projeto de Vila Meã. Perdeu essa oportunidade". Quanto a este ponto acrescentou "...também nos congratulamos pelo facto de a Câmara à semelhança dos anteriores Executivos continuar a manter a taxa nos valores mínimos, 0.3, isto apesar das dúvidas e das incertezas que se lançaram. É bom para os Amarantinos e naturalmente votaremos a favor".

ANTÓNIO TOMÁS – CDS/PP

No uso da palavra disse que o CDS/PP iria votar a favor da proposta, que vem no seguimento das anteriores e por outro lado é bom para os Amarantinos que se pratiquem estes valores.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra relativamente a este ponto passou-se de imediato à votação do mesmo. A proposta foi aprovada por **UNANIMIDADE**. Foi ainda votada em minuta, também por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 3 – RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE A INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA SEMESTRAL, PRIMEIRO SEMESTRE DE 2014 – APRECIACÃO

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores deputados:

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que este relatório é uma reprodução daquilo que os Serviços da Câmara fazem. O relatório de atividades reflete um bocado melhor e mais exaustivamente aquilo que hoje nos é apresentado pelo ROC. Obviamente que é uma exigência legal e há que a cumprir. Sendo assim, o PS nada tem a objetar.

Como não havia mais nenhum assunto a tratar o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando era uma hora do dia vinte e sete de setembro.

Da presente reunião foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente e pelos seus Secretários.

O PRESIDENTE _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

